

MP do Real deve ser votada hoje

O Congresso Nacional reúne-se hoje, a partir das 10h, sob a presidência do senador José Sarney (PMDB-AP), para apreciar 14 medidas provisórias, entre elas as que dispõem sobre o Plano Real e sobre as normas para outorga das concessões e permissões de serviços públicos.

Na pauta também estão incluídas as medidas provisórias que tratam do pagamento dos servidores civis e militares; plano de seguridade social; crédito rural; alíquota de imposto de importação; e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Os senadores e deputados devem apreciar na mesma sessão conjunta o projeto de lei sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária anual de 1996 (LDO). O Congresso só poderá entrar em recesso depois de aprovada essa lei.

Rolagem de dívida sob maior rigor

Página 3

Jatene agradece apoio do Senado à área de saúde

Página 4

Reparação a aeronautas cassados

Página 3



O presidente da Itália, Oscar Luigi Scalfaro, é homenageado em sessão do Congresso. Página 4

Aprovadas emendas sobre empresas e cabotagem

*Senado derruba barreiras ao capital estrangeiro no Brasil.
Propostas agora serão votadas em segundo turno*

O Senado aprovou na noite de ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que muda o conceito de empresa nacional e a que abre aos navios estrangeiros a navegação nos rios e entre os portos brasileiros (cabotagem).

Com a ausência de apenas três senadores, a emenda sobre empresa nacional foi aprovada por 63 votos contra 14, sem abstenções. A emenda da cabotagem recebeu 63 votos favoráveis, oito contrários e uma abstenção.

A proposta sobre conceituação de empresas revoga da Constituição o artigo 171, que faz distinção entre "em-

presa brasileira" e "empresa brasileira de capital nacional".

Pela emenda aprovada, que ainda será votada em segundo turno pelo Senado para depois ser promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara Federal, passam a ser consideradas empresas brasileiras aquelas "constituídas sob as leis

brasileiras e que tenham sua sede e administração no país".

A emenda muda ainda a redação do artigo 176 da Constituição, eliminando a restrição que existe a grupos estrangeiros na pesquisa e exploração de minerais.

A proposta de emenda constitucional que abre a navegação

Protecionismo gera debate

O relator da emenda sobre empresa nacional, Ramez Tebet (PMDB-MS), argumentou que a proposta contempla o interesse dos brasileiros. Pedro Simon (PMDB-RS) votou pela emenda, mas conclamou o Congresso a discutir a regulamentação a fundo.

Os senadores rejeitaram um pedido de destaque do senador Eduardo

Suplicy, que pretendia dar proteção às empresas nacionais.

Humberto Lucena (PMDB-PB) discordou de Roberto Requião (PMDB-PR), para quem os peemedebistas estavam votando contra o programa do partido. Lucena disse que a empresa nacional poderá ser protegida quando da regulamentação da emenda pelo Congresso.

de cabotagem e interior à exploração de navios de bandeira estrangeira teve encaminhamento contrário dos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Requião (PMDB-PR). A favor, encaminhou o próprio relator da matéria, senador Jefferson Peres (PSDB-AM).

IPVA e IPTU poderão ser deduzidos do IR

As despesas com o pagamento do IPVA, IPTU, ITR poderão ser deduzidas na declaração anual do imposto de renda da pessoa física, se aprovado projeto de lei apresentado pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Ao justificar o projeto, Marluce Pinto observa que "surtem protestos em várias partes do país contra os excessivos valores do IPTU e do IPVA".



Marluce Pinto

- O que se questiona não são esses tributos, em si, mas a intensidade de sua incidência. As alíquotas e as bases de cálculo tornam-nos excessivamente onerosos, difíceis de serem suportados pela população. Essa dificuldade é agravada porque cumulativa com o pagamento do imposto de renda - acrescenta a senadora.



Ramez Tebet destaca a importância do depoimento

Presidente da Vale do Rio Doce depõe amanhã

*Francisco Schettino será ouvido
na CPI da Mineração*

A CPI da Mineração reúne-se amanhã, às 10h, para colher o depoimento do presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Francisco José Schettino.

O anúncio foi feito pelo presidente da CPI, senador Ramez Tebet

(PMDB-MS), observando que as informações a serem prestadas pelo dirigente da estatal poderão ser "altamente esclarecedoras" para os trabalhos da comissão.

A reunião está prevista para a sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho.

Suassuna confia em mudanças no Conselho

O parecer sobre a Medida Provisória 1.018/95 que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), em substituição ao Conselho Federal, poderá ser apresentado na sessão de hoje do Congresso Nacional. O anúncio foi feito pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da comissão mista que examina a matéria. O relator da MP é o deputado Paes Landim.

Conforme a medida provisória, o novo conselho é constituído de duas câmaras, uma para o 1º e 2º graus e a outra para o ensino superior. A medida, no entendimento de Ney Suassuna, "vai permitir ao Ministério da Educação uma maior dinamização", porque o antigo conselho era obrigado a legislar praticamente só para o 3º grau.

Otimista quanto às modificações introduzidas, Suassuna explicou que, "com a reformulação do Conselho Federal de Educação, as regras tornaram-se mais claras, assegurando maior transparência nas decisões do colegiado".

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

- 9h - Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Carlos Mário Velloso
- 9h50 - Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado Geraldo Magela
- 10h - Preside sessão do Congresso Nacional
- 10h15 - Conselho Nacional de Secretários de Educação
- 14h30 - Preside sessão do Senado
- 15h - Governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar

PLENÁRIO

- 10h - Sessão do Congresso Nacional
- Pauta:** Medidas Provisórias nºs 1.016 a 1.029/95, Projetos de Lei nºs 3 e 4/95 e Projeto de Resolução nº 4/95.
- 14h30 - Sessão Ordinária do Senado Federal
- Pauta:** Diversas matérias, destacando-se a Proposta de Emenda à Constituição nº 36/95, que flexibiliza o monopólio das telecomunicações (segunda sessão ordinária de discussão em primeiro turno).

COMISSÕES

- 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- Pauta:** *Emendas de Plenário oferecidas ao PLC nº 101/93, que fixa diretrizes e bases da educação, e PLC nº 45/91, que dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo e pesquisa aos pós-graduados, e dá outras providências, entre outras matérias. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.
- 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
- Pauta:** Várias matérias destacando-se: *PLC nº 53/95 (não terminativo), que institui normas e procedimentos gerais para a prevenção do assoreamento dos reservatórios criados pelo barramento dos cursos d'água; e PLC nº 55/93 (não terminativo), que disciplina o exercício da profissão de carregador de bagagens nos aeroportos, e dá outras providências, entre outras matérias. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.
- 14h - Comissão Especial "destinada a estudar a Reforma Político-Partidária.
- Pauta:** Reunião de trabalho. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.



Roberto Requião

Requião: Estado deve recuperar poder de investir

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a questionar ontem a política econômica adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, considerando-a "um equívoco". Requião disse que é fundamental recuperar a capacidade de investimento do Estado em projetos sociais voltados para a melhoria da qualidade de vida da população mais pobre.

Para o senador, o Estado deve procurar se reforçar como agente de investimento e planejamento em setores estratégicos da produção, como a agropecuária. Requião condenou as políticas "volúveis, erráticas e inconseqüentes" que têm sido adotadas pelo Executivo e reivindicou uma política mais consistente para garantir a cesta básica de alimentos. Segundo ele, essa política deve assegurar recursos para o financiamento do plantio e garantir os preços mínimos.

Outro ponto considerado fundamental pelo senador paranaense é a reforma do sistema financeiro. Requião acredita que o setor deveria privilegiar atividades produtivas em detrimento das atividades especulativas, com ampla articulação entre aumento de salário e aumento de produção de bens. Para isso, continuou, seria preciso uma política industrial definida.

Comissão reduz percentual de rolagem de dívida estadual

Decisão atinge o Rio e indica a preocupação dos senadores com os níveis do endividamento público, que hoje chega a US\$ 105 bilhões

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), reunida na manhã de ontem, decidiu reduzir em relação aos Estados de rolagem da dívida pública do Rio de Janeiro, de 100% para 98% de seu total, contrariando parecer do Banco Central, que propunha esse refinanciamento integral, a exemplo do que ocorreu ultimamente em relação aos Estados de Mato Grosso, Paraíba, Bahia e ao município de São Paulo.

Defendida pelos senadores Esperidião Amin (PPR-SC) e Vilson Kleinübing (PFL-SC), a redução de 2% no refinanciamento da dívida do Rio de Janeiro tem o objetivo de sinalizar à sociedade a preocupação do Senado com o progressivo crescimento do endividamento público, que hoje chega a 105 bilhões de



Esperidião Amin



Vilson Kleinübing

dólares, segundo explicou Kleinübing.

O presidente da CAE, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), quer impedir a prática, por parte das lideranças, de solicitar urgência urgente para a apreciação, em plenário, dos pedidos estaduais de rolagem de dívidas públicas, sem que a matéria seja votada antes pela comissão. Ele fez um apelo no sentido de que os senadores recomendem essa orien-

tação a seus líderes.

Outra indicação de que a questão da dívida pública é assunto prioritário na comissão foi a convocação de uma reunião extraordinária para amanhã (29), às 14h, destinada a apreciar o parecer do senador Esperidião Amin a respeito do pedido de retificação

do Executivo sobre a resolução que autoriza a emissão de 2 bilhões de dólares em títulos no exterior, para cobrir o rombo da dívida interna.

A CAE aprovou, na mesma reunião, a convocação dos ministros Luiz Felipe Lampreia, das Relações Exteriores, e José Israel Vargas, da Ciência e Tecnologia, para, em data a ser definida, prestarem esclarecimentos sobre o projeto de Lei das Patentes, em tramitação na comissão.

Aprovada reparação para aeronautas cassados

Projeto que concede reparação econômica a aeronautas civis e militares cassados durante o regime militar foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM). O projeto, de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE), é a terceira tentativa do Congresso de fazer a reparação prevista em dispositivo constitucional nas duas anteriores, houve veto do presidente da República - e foi elaborado a partir de uma negociação com o Ministério da Aeronáutica.

Caso não haja recurso, assinado por um décimo dos senadores, o projeto será enviado diretamente à Câmara, sem passar pelo plenário. Ao relatar o projeto perante a CAE, favoravelmente à aprovação, o senador Flaviano Melo (PMDB-AC) ressaltou que o texto "foi elaborado atenden-

do, de forma conciliatória, às preocupações expressas no veto pelo Poder Executivo, que refletiriam parecer do Ministério da Aeronáutica", e por isso reuniria melhores condições de conseguir a sanção presidencial.

A proposta, que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, beneficia os atingidos pelas portarias reservadas S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e S-285-GM5, propondo uma reparação cujo valor corresponde a 20% do que havia sido estipulado pelos dois projetos vetados pelo Executivo.



Gilberto Miranda



Flaviano Melo

Júlio debate proposta para gabinetes

Querendo dar um fim às repetidas "reclamações" dos senadores em relação à falta de recursos para o pleno exercício da função parlamentar, o senador Júlio Campos (PFL-MT), segundo vice-presidente do Senado, colocou ontem em discussão as linhas gerais de um projeto de lei que está elaborando com objetivo de substituir as cotas e verbas de gabinete a que cada senador tem direito por um valor fixo em torno de R\$ 50 mil.

Segundo Júlio Campos, seria o fim dos "penduricalhos" que representam hoje as cotas e verbas para telefone, correios e passagens aéreas, automóvel, moradia e pagamento de assessores. Cada senador teria direito a uma quantia mensal calculada inicialmente em R\$ 50 mil, e seria responsável pela montagem de seu próprio gabinete, ficando a administração, porém, a cargo do Senado. A prestação de contas seria feita junto ao controle interno da Casa e ao TCU.

A idéia de Campos se baseia em prática adotada pelo Congresso norte-americano.

Em aparte, Jefferson Peres (PSDB-AM) discordou da proposta. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que não tinha reclamações a fazer em relação aos funcionários da Casa, também elogiados por Bernardo Cabral (PP-AM), que lamentou a baixa remuneração dos parlamentares. Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que a administração da verba deveria ficar a cargo do Senado, enquanto Marina Silva (PT-AC) considerou a proposta problemática.

Congresso homenageia o presidente da Itália

Oscar Luigi Scalfaro agradece lembrando a atuação do Parlamento brasileiro em favor da liberdade e da justiça



Trajatória pública de Scalfaro foi destacada por Távola



O presidente da Itália, Oscar Luigi Scalfaro, foi homenageado ontem durante sessão solene do Congresso Nacional, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), presidente do Senado Federal. O senador Arthur da Távola (PSDB-RJ) e o deputado Adylson Motta (PPR-RS) foram os oradores oficiais da cerimônia, que reuniu parlamentares, representantes do Executivo e membros do corpo diplomático acreditado em Brasília.

Távola destacou as intensas relações bilaterais nos planos comercial e cultural, a convergência das posições internacionais dos dois países, a contribuição italiana para o desenvolvimento do Brasil e, sobretudo, a trajetória pública do homenageado, que atua há meio século na vida política de seu país.

O deputado Adylson Motta registrou a contribuição italiana para a cultura universal, nas letras, artes e música, defendendo o incremento das relações entre Brasil e Itália.

Emocionado, Oscar Luigi Scalfaro agradeceu os elogios e reconhecimento recebidos dos representantes brasileiros. Em seu pronunciamento, o presidente italiano lembrou a atuação do Congresso brasileiro em favor da liberdade e da justiça e disse que seu país, acompanha, com particular atenção a trajetória do Brasil.

- A Itália observa o corajoso caminho de renovação empreendido por este grande país amigo, na convicção de que os seus sucessos serão também os nossos sucessos - disse Scalfaro.

Jatene agradece apoio do Senado

O ministro Adib Jatene, da Saúde, passou boa parte da manhã de ontem no Senado, agradecendo aos parlamentares o apoio à proposta de emenda constitucional que estabelece uma contribuição social destinada a ampliar as verbas do setor de saúde pública no país. A proposta é de iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PP-SE).

O senador José Sarney (PMDB-AP), presidente do Senado, informou ao ministro que já havia despachado a emenda para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que emitirá o parecer sobre a matéria.

A proposta estabelece uma alíquota de 0,25% sobre todas as transações financeiras, pelo prazo de dois anos, exclusivamente para o financiamento das ações e serviços de saúde.

O ministro da Saúde esteve no gabinete de Antonio Carlos Valadares para agradecer a iniciativa da proposta, logo após a visita ao presidente

do Senado. Jatene também procurou os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Iris Rezende (PMDB-GO), presidente da Comissão de Justiça, e Gilberto Miranda (PMDB-AM), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.



Valadares

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade ■ **Editores** - Djalba Lima e Edson de Almeida
 Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**